

**EDUCAÇÃO E LINGUAGEM:  
UMA REFLEXÃO SOBRE O  
COMPONENTE CURRICULAR  
DE LÍNGUA LATINA NO  
CURSO DE LETRAS EM UMA  
PERSPECTIVA HISTÓRICO-  
LINGUÍSTICA**

**EDUCATION AND LANGUAGE: A  
REFLECTION ON COMPONENT LATIN  
LANGUAGE IN COURSE OF LETTERS  
IN A HISTORICAL-LINGUISTIC  
PERSPECTIVE**

**Pedro Antônio Gomes Melo**

Universidade Estadual de Alagoas

[petrus2007@ibest.com.br](mailto:petrus2007@ibest.com.br)

## **Resumo**

Este artigo se propôs examinar o componente curricular de Língua Latina e sua prática pedagógica nos Cursos de Letras por meio de uma retrospectiva crítica-reflexiva, propondo uma discussão que viabilizasse a compreensão das modificações que se processaram nessa disciplina, seu momento atual e seus desafios à atividade docente no século XXI a partir de uma compreensão biônica advinda das dimensões linguística e político-pedagógica. Advogamos que foi a convergência de fatores de ordem linguística (propagação da compreensão do Latim como uma língua morta) e de ordem político-pedagógico (decisões político-educacionais oficiais) que influenciaram no declínio da disciplina de Língua Latina e sua atividade docente nos Cursos de Letras na Educação Superior Brasileira.

Palavras-chave: Educação. Letras. Atividade Docente. Latim.

## **Abstract**

This article was proposed to examine the curricular component of Latin language and their pedagogical practice in Letters Courses through a critical-reflective hindsight, proposing a discussion that make feasible the understanding of changes that were processed in this discipline, its current time and its challenges to teaching activity in the XXI century from a bionic arising understanding of linguistic and political-pedagogical dimensions. We argue that it was the convergence of linguistic factors (spread the understanding of Latin as a dead language) and political-pedagogical order (official political- educational decisions) that influenced the decline of the Latin language course and its teaching activity in courses letters in the Brazilian Higher Education.

Keywords: Education. Letters. Teacher activity. Latin.

## **C**onsiderações preliminares

Quando pensamos no Latim como matéria escolar no percurso histórico do ensino brasileiro, diferentemente das línguas estrangeiras modernas, precisamos analisá-lo com um olhar especial por entrar em foco temáticas linguísticas e político-pedagógicas que precisam ser discutidas, cuidadosamente, no contexto sócio-histórico-cultural em que estas questões estão inseridas.

No Brasil, o ensino da Língua Latina já foi considerado indispensável, não apenas nos cursos superiores, mas também no ensino básico. Corroborando com esse pensamento, podemos destacar estudiosos romanistas atuais como: Lima (1995), Busarello (1998), Garcia (2000), Furlan (2006), Almeida (2008) entre outros que defendem com veemência não só a relevância do ensino de Língua Latina, mas a (re)abilitação em sua qualidade de matéria plena, inclusive sua (re)introdução no ensino básico.

No entanto, hoje em dia, há alguns linguistas e professores que questionam até sua obrigatoriedade no currículo dos Cursos de Letras, o declínio da oferta de ensino do Latim se intensificou e atingiu índices de desprestígio nunca antes registrados no país.

Esta posição é facilmente comprovada nos Cursos de Letras quando atestamos: (i) a desmotivação de alunos de Letras em relação à disciplina de Latim e de professores em relação às pesquisas acadêmicas na área da Romanística, (ii) o não reconhecimento por parte do graduando luso-falante do substrato latino no Português do Brasil e, ainda, (iii) a diminuição da oferta de ensino de horas/aula de Língua Latina em várias Instituição de Ensino Superior (doravante IES) no Brasil.

Nesse cenário, muitos embates são colocados numa multiplicidade de interesses particulares e conflitantes, nos quais o que está em jogo não é apenas a modificação dos processos educativos, mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo.

Sob essa ótica, este artigo pretende examinar, numa abordagem linguística e político-pedagógica por meio de uma retrospectiva crítico-reflexiva, o componente curricular de Língua Latina e sua prática docente, propondo uma discussão que

viabilize a compreensão das modificações que se processaram nessa disciplina e seus desafios à atividade pedagógica na sociedade contemporânea.

E mais, defender a tese que de fato o estudo do Latim pode oferecer a solução de numerosas indagações que se referem ao conhecimento das línguas, podendo fornecer explicações para fenômenos aparentemente inexplicáveis do português, como também, ajudar a desenvolver no aprendiz o raciocínio lógico, a concentração, o poder de análise, entre outras competências e habilidades. Sendo assim, atestar sua relevância no quadro das disciplinas do Curso de Letras.

Este artigo se justifica, sobretudo pela necessidade de estudos na área de Educação nos quais se insira temática de investigação pouco discutida no amplo quadro histórico-social que caracteriza a sociedade contemporânea.

Por fim, destacamos que os princípios norteadores deste estudo se deram: em primeiro lugar, pelo interesse de investigarmos as transformações ocorridas na legislação educacional do Brasil e seus desdobramentos na relação causa/efeito na disciplina de Língua Latina, em particular na Universidade Estadual de Alagoas (doravante UNEAL), ao longo dos anos; em segundo lugar, como professor da matéria na citada Instituição de Ensino Superior (doravante IES) buscar responder inquietações - por meio de uma autoconfrontação – relativas ao atual estado de desvalorização e/ou declínio dessa disciplina e; em terceiro lugar, pelos resultados que este estudo poderá fornecer à área de Educação e Linguagem, podendo preencher uma lacuna no domínio desse conhecimento pedagógico.

### **Uma breve retrospectiva do ensino de latim na educação formal brasileira**

Os estudos investigativos em educação começaram a se consolidar como campo de pesquisa, aproximadamente, a partir da década de 1940, já nesse momento adquiriu um caráter político, sociológico e histórico. “A preocupação passou do indivíduo, por meio do estudo psicopedagógico da aprendizagem, para a preocupação em compreender a relação entre a educação e a sociedade” (KRAWCZYK apud DIÓGENES & PRADO, 2011, p. 23).

É nessa interface que se devemos considerar o fato de que a disciplina de Língua Latina e sua atividade docente ao longo de seu percurso na História têm apresentado várias mudanças e algumas distorções, quer sejam de evidências

relacionadas ao etnocentrismo, baseadas nas teorias do determinismo linguístico – que advoga a possibilidade de superioridade entre as etnias tomando como referência a língua em uso – quer sejam relacionadas às políticas educacionais e às posições ideológicas evidenciadoras de dominação na constituição dos saberes disciplinar e curricular.

No sistema educacional brasileiro formal, o ensino do Latim teve sua fase inicial no século XVI, Conforme Leffa (1999, p.2-3), “pode-se dizer que a tradição brasileira é de uma grande ênfase no ensino das línguas, inicialmente nas línguas clássicas, grego e latim, e posteriormente nas línguas modernas: francês, inglês, alemão e italiano.” Neste artigo, limitaremos nosso foco na Língua Latina enquanto componente curricular dos Cursos de licenciatura em Letras, em particular da UNEAL e sua atividade docente a partir de uma autoconfrontação.

O estudo da Língua Latina foi introduzido pela pedagogia brasílica dos jesuítas. Essa etapa foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Manoel da Nóbrega, no qual em sua primeira fase havia o ensino da Gramática Latina àqueles que se destinavam à realização de estudos na Europa na Universidade de Coimbra. Tratava-se de ensino de caráter excludente e elitista.

Posteriormente no século XVIII, modificado pela reforma dos estudos menores, em oposição explícita à educação jesuíta, instituída por Marquês de Pombal através do Alvará de 28 de junho de 1759, no qual estabelecia ao menos três horas de classe pela manhã e “trazia as disposições relativas aos professores de Gramática Latina” (SAVIANI, 2007, p. 82). Vale assinalarmos que todas essas reformulações estavam alicerçadas por interesses conflitantes no campo econômico-político, e não apenas no plano linguístico e/ou pedagógico.

Desde o Período Clássico o ensino era baseado no Método da Gramática e Tradução, nas palavras de Silveira (1999, p.46),

a concepção tradicional ou clássica da linguagem é herdeira direta da tradição Greco-romana e medieval, que via o estudo da gramática como disciplina mental, normativa, considerada como extremamente necessária para se aprender uma língua. É uma visão estática, desconsiderando o caráter dinâmico e mutável da língua, que evolui para poder acompanhar as necessidades culturais, científicas e tecnológicas do povo que a fala.

Nessa época, havia um excessivo exagero quanto ao ensino/aprendizagem da forma gramatical, cumpre frisarmos que a atual prática pedagógica de Latim nos

cursos de Letras, não é tão diferente, ou seja, não se leva em consideração que uma língua é usada também para promover a participação ativa do ser no mundo.

A atividade docente de Latim não deve ser exercida sobre um objeto, mas por meio de interação estabelecida em um contexto onde o elemento humano é determinante, e isto implica uma postura diferente, pois muitas coisas como valores, sentimentos, atitudes estão em questão.

Educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. Torna-se necessário rompermos com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente, é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal.

No início do século XIX, período da chegada da Família Real ao Brasil constituiu um importante evento histórico da vida nacional, pois ficou caracterizado por avanços em vários setores, tais como o econômico, político e, inclusive, o da educação formal - privilégio exclusivo de uma reduzida classe dominante da época - quando se observa um incremento na oferta das disciplinas, entre outras as de Línguas Clássicas na educação básica, embora não obrigatória no início do século, razão pela qual seu aprendizado assume um caráter de patrimônio exclusivo das elites.

Nos meados do século XX começa um movimento oficial de descarte das línguas clássicas na educação básica brasileira, mas precisamente no final do transcurso do segundo governo do presidente da República Getúlio Vargas em 1954, nessa época o Latim ainda era disciplina que fazia parte do currículo do antigo Curso Ginásial.

No entanto, em algumas regiões do país, entre 1954 e 1961, houve a substituição do Latim pela Língua Espanhola. É nessa época que pela primeira vez ocorre a alternância de uma língua clássica por uma língua estrangeira moderna na educação nacional, o Espanhol em substituição ao Latim no Ensino Médio.

Essa substituição se deu gradativamente em razão da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), na qual as línguas estrangeiras passam a ser disciplinas complementares, não obrigatórias. São criados os Conselhos Estaduais de Educação (CEE), cabendo às comunidades escolares decidirem entre uma língua clássica (Latim, Grego) ou uma moderna a ser ministrada na escola.

Vale apenas enfatizarmos que na prática nunca houve uma discussão séria com a comunidade acadêmica no sentido de uma escolha ou uma política linguística para se estabelecer uma opção de estudo de uma segunda e/ou terceira língua em substituição à Língua Latina.

A partir da implantação da LDB n. 4.024/61<sup>1</sup> houve um agravamento da oferta de ensino e, praticamente, estagnou as poucas produções e edições de textos didáticos para a disciplina de Língua Latina no Brasil. Essa Lei suprimiu os sete anos de Latim do ensino básico; manteve-o apenas no ensino superior no Curso de Letras.

Interessante percebermos que, pelo fato da referida Lei não lhe ter determinado a duração de horas/aula, não ocorreu uma normatização quanto à carga horária a ser ministrada, sendo assim, ministra-se a matéria em 30 a 120 horas/aula dependendo da IES. No caso da UNEAL, passamos de 120 para 80 horas/aula durante todo o curso de graduação em Letras.

Com efeito, esse fato, em algumas IES, restringiu a atividade docente de Latim em tempo exíguo, asfixiando a formação de professores, sobretudo de Língua Portuguesa e direcionou o ensino do Latim na contramão dos países de cultura românica da Europa (Portugal, Espanha, França, Itália, Romênia), como também de países anglo-saxônicos (Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos da América, Canadá), que ainda reservam amplo espaço ao estudo das Letras Latinas.

As decisões sobre o ensino das línguas clássicas ficaram a cargo dos Conselhos Estaduais de Educação. Nessa conjuntura, a disciplina de Latim, salvo raras exceções, foi eliminada do currículo escolar.

As línguas estrangeiras modernas ocuparam um lugar de destaque no currículo escolar brasileiro, dentre estas, a ênfase foi dada à Língua Inglesa. Isso reflete as condições de produção em que se deu a ascensão das economias capitalistas industriais, representadas pelos Estados Unidos da América, que despontou como uma potência econômica no mundo ocidental e, em consequência desse protagonismo, o inglês mantém-se como objeto de interesse de estudo na educação formal e, portanto, fazendo parte do planejamento linguístico de vários países.

---

<sup>1</sup> “Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, teve uma gestação lassa e penosa. Entre a chegada do texto à Câmara Federal, outubro de 1948, e o início dos debates sobre o texto, maio de 1957, decorreram 8 anos e meio” (CARNEIRO, 2000, p. 24).

Seguindo esse ponto de vista, Fogaça & Gimenez (2007, p.7) relatam que:

A escolha da língua no currículo escolar também denotava a guinada do país para o desenvolvimento industrial, com a introdução da língua inglesa como Língua Estrangeira majoritária nas escolas. O humanismo cedia lugar ao modelo de desenvolvimento econômico do pós-guerra.

Nesses termos, no século XX, presenciamos o surgimento do fenômeno da globalização, que pode ser entendido como o processo de integração entre as economias e sociedades dos vários países e continentes, especialmente no que se refere à produção de mercadorias, serviços e aos mercados financeiros. Suas práticas surgem em consonância com a nova socialdemocracia que tem no mercado seus meios regulatórios.

Sob essa perspectiva, o discurso da globalização, no que se refere ao ensino de línguas estrangeiras, praticamente anula as línguas clássicas no Brasil, em particular, na região Nordeste.

Esse discurso passa a justificar, de modo contundente, a opção das línguas nas escolas, sem que haja, necessariamente, mudanças na metodologia proposta. “A língua inglesa, como língua franca, assume caráter universalizante e se apresenta como requisito essencial no mercado de trabalho” (ibidem, p.169).

No final do Século XX, por meio do Decreto nº 91.372, de 26.06.1985, o então Presidente da República José Sarney nomeou Comissão Nacional para o estabelecimento das *Diretrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa*. O relatório da referida comissão reconhece que:

A Comissão reconhece que, no 2º grau, na própria disciplina de Língua Portuguesa, deve haver aulas dedicadas ao estudo das estruturas do Latim, com vista à compreensão mais lúcida da própria língua portuguesa, em sua história interna e seus recursos mórficos e semânticos [...]... Na hipótese de se desdobrar o 2º grau em científico e clássico, neste deve ser reintroduzido o Latim. No ensino superior, o Latim deve ser reabilitado em sua qualidade de matéria plena.

É importante observarmos também que a sociedade civil contemporânea apresenta mudanças em sua configuração geral e essas reformas na legislação educacional realizaram-se afinadas com o ideário neoliberal, tornando-se um marco simbólico de uma guinada neoconservadora da educação no Brasil na década de 90, nos moldes do ideário neoliberal, incorporando gradativamente “a lógica e a cultura do novo gerencialismo, identificadas nos princípios mercadológicos de

excelência, produtividade, efetividade, qualidade, competitividade, entre outros.” (BALL, 2011).

Por fim, cumpre enfatizarmos que, na contramão de redução de espaço no currículo de Letras como ocorreu em várias IES, inclusive na UNEAL, há algumas propostas parlamentares de revigoração, por exemplo, desde 2001 tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei de Milton Monti do Estado de São Paulo, na tentativa de reintroduzir o estudo de Língua Latina desde o quinto ano do ensino fundamental nas escolas brasileiras, como também, há registros de outras tentativas pontuais na Região Sul do Brasil de apoio à reintrodução do estudo do Latim.

### **A língua latina e a atividade docente: um desafio para o século XXI**

É consensual - na área de Educação e Linguagem - que os progressos obtidos no campo do ensino de Língua Estrangeira Moderna (doravante LEM) são notáveis. De um lado, norteados pelo princípio de que tal prática deve levar em conta o dinamismo da modalidade da língua falada e a realidade sociocultural da língua. De outro lado, pelo desenvolvimento de metodologias de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), nos diversos espaços de aprendizagem, contribuindo para otimização da eficiência, minimização do dispêndio de tempo e aplicabilidade imediata, compensatória dos investimentos feitos dentro da lógica do capital.

Com efeito, o uso de tecnologias modernas permite a criação de novas abordagens de gestão pedagógica e planejamentos didáticos, como também potencializam e permitem ampliar o alcance de estratégias que já se comprovaram eficazes na condução de um ambiente escolar.

No entanto, no que diz respeito ao componente curricular aqui analisado, apesar de Silva & Montagner (2009, p. 7) afirmarem que “no momento, está em curso um vivaz debate sobre a posição da língua latina em nossa cultura e do papel do ensino das línguas e literaturas clássicas na formação das novas gerações, o que, no Brasil, bem o sabemos, está tão desprestigiado” a situação é bem diferente.

No âmbito linguístico, pela inexistência de uso natural em uma comunidade de fala moderna e pela herança de uma tradição escolástica que insiste em tratar o Latim como língua morta, percepção que opera um completo divórcio entre estágios

anteriores de uma língua e de sua cultura e a realidade atual, rompendo o equilíbrio dialético entre a tradição e a modernidade.

No âmbito político-pedagógico, pela carência de profissionais especializados, pouca produção didático-acadêmica, causando deficiência de métodos convenientes aplicados a este gênero de ensino e carga horária insuficiente. Além, de uma legislação educacional de política pública de desvalorização e ineficiência no aproveitamento do espaço curricular

Vivemos momentos decisivos de reformas do sistema educacional combinados com processos de reestruturação da própria sociedade, ambos ocorrendo em um ambiente de globalização e de imposição do mercado. Isso faz com que os efeitos sobre o trabalho docente tenham repercussão direta.

Para uma melhor contextualização da temática aqui discutida, examinaremos o componente de Língua Latina e sua atividade docente a partir das dimensões linguística e político-pedagógica. Acreditamos que estes dois planos não são excludentes, mas sim complementares podem ajudar a desvelar as razões da atual fase de desvalorização que passa essa disciplina nos cursos de Letras no Brasil e, conseqüentemente na UNEAL.

### **A Língua Latina em sua dimensão linguística**

Iniciaremos esse tópico com as palavras de Lima (1995, p. 24) por corroborarmos quando afirma que o latim serve “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania [...]” e ainda, Almeida (2008, p. 10) ao assinalar que dentre todas as disciplinas:

É a que mais favorece o hábito da análise, o espírito de observação e de raciocínio [...] dar independência de pensamento ao aluno, fazendo com que ele *per si* progrida, [...] capacitando-o a ir além da simples letra do texto, do simples conteúdo de um livro, incentivando-o, animando-o. No fazer do estudante de hoje o cidadão de amanhã está o trabalho educacional do professor.

Sendo assim, sob o prisma linguístico, a compreensão do Latim como uma língua morta favorece para que o estudante luso-fônico de Letras não se reconheça como um falante nativo românico, tão pouco para que ele identifique a presença da Língua Latina em seu português contemporâneo, nem mesmo em nível lexical.

Dessa maneira, reforçando a ideia de que o idioma dos romanos está morto,

logo não havendo a necessidade da disciplina de Língua Latina no Curso de Letras, muito menos de seu estudo pormenorizado, contribuindo para uma desmotivação dos discentes em relação aos estudos românicos clássicos, inclusive motivando para que eles “não procurem desenvolver estudos e/ou pesquisas na área de língua latina”. (MELO, 2008, p. 34).

Reconhecemos que o Português hodierno apresenta diferenças em vários níveis em relação ao Latim. Esta diversidade linguística registrada no Português do século XXI pode ser interpretada como um indicativo do novo na língua.

Por exemplo, o aparecimento de novas realidades, geralmente, propicia e, às vezes, até obriga a criação de neologismos. Entretanto, para que esta dinâmica lexical aconteça, não basta apenas a criatividade linguística, torna-se necessário levar em consideração certas normas do sistema da língua para compor os vários segmentos que formam a estrutura da nova palavra. Caso contrário, tornar-se-ia impossível interpretá-la no sistema linguístico em uso.

É interessante percebermos que a presença dessa dinâmica lexical não significa que o Português é outra língua em relação ao Latim, mas um estágio diferente, em constante transformação, visto que essas normas e regras de criação lexical hodierna são as mesmas de formação das palavras em Latim até a sua derivação portuguesa, normalmente, por meio dos processos de derivação e de composição, como também, por transformações fonéticas ao longo dos anos denominadas de metaplasmos.

No dizer de Melo (2011, p. 97):

Essa dinâmica é uma característica necessária a todas as línguas e poucos se dão conta dessa evolução, porque é feita de modo inconsciente e coletivo. No entanto, o aparecimento de novos termos e significados é fácil de ser constatado, sobretudo nos meios de comunicação.

Em verdade, a Língua Portuguesa do Brasil, com suas influências linguísticas internas e externas, é uma variante da Língua Latina, o Português e o Latim não se apresentam como duas línguas diferentes, mas dois aspectos historicamente distintos de um mesmo sistema linguístico.

Com efeito, o Latim faz parte do cotidiano dos usuários do português contemporâneo, sendo constituinte e constituindo, também, o seu vernáculo,

transformado e atualizado. Obviamente, de maneira lenta e gradual que geralmente passa despercebida ao próprio falante comum da língua portuguesa.

Por fim, ressaltamos que corroborando com Melo (2013, p.41) quando diz que:

A partir dessa compreensão do Latim enquanto língua dinâmica, viva e em constante transformação, sendo o Português uma atualização [...] o olhar do graduando de Letras para esse componente curricular de seu Curso possa ser percebido em uma melhor perspectiva e oportunidade de estudo.

Em outros termos, a compreensão da Língua Portuguesa como uma variante do Latim no século XXI, ou seja, o latim enquanto língua viva e que o Brasil é um país linguisticamente românico, “no qual se fala atualmente uma língua românica, incluindo-se as respectivas literatura e cultura” (BASSETTO, 2005, p. 178-9) viabilizará um olhar especial do discente para a referida disciplina e relevância acadêmica desse conhecimento em sua formação profissional.

### **A Língua Latina em sua dimensão político-pedagógica na Educação Brasileira na contemporaneidade**

Por meio de uma concisa retrospectiva no campo político-pedagógico da educação brasileira, percebemos que a atividade docente desenvolveu-se historicamente de maneira não-especializada, por educadores religiosos, que ocupavam esse encargo como função secundária e que recebiam preparo para a dupla atividade de educar e de evangelizar.

Após essa fase inicial, houve uma tentativa de profissionalização da docência por meio da ideia de laicização do ensino, em que a prática do educador religioso seria substituída por profissionais laicos.

É importante dizermos que, efetivamente, essa prática não se concretizou, pois, a profissão docente foi definida pelo Estado e não por representantes do coletivo destes trabalhadores. Com essa ação, subtendia-se que o Estado promovia um padrão de ensino que apontava características mais funcionais que profissionais.

Nesse sentido, quando se fala em profissional laico, põe-se em tela a questão da formação docente, pois esses trabalhadores tinham habilidades em conhecimentos específicos, porém sem o conhecimento didático, pedagógico. Logo, não seriam

professores profissionais.

Interessante, observamos que, ainda hoje, é comum identificarmos pessoas sem licenciatura em Letras que tiveram algum contato com o Latim em suas formações profissionais e/ou religiosas ministrando aulas de Língua Latina em cursos particulares e/ou em IES.

Já no campo político, no sentido da legislação educacional brasileira, o foco central da reflexão aqui apresentada situa-se em 1996, mais precisamente por meio da Lei de nº 9.394 de, 20 de dezembro de 1996 que tornou o ensino do Latim facultativo.

Dito de outra maneira foi em 1996 quando então a nova LDB tornou o ensino do Latim facultativo, muitas faculdades de Letras, por razões particulares, ao reformularem seus currículos, optaram por não mais inclui-lo como disciplina obrigatória, ou sequer optativa, agravando ainda mais a problemática desse componente curricular.

Nessa conjuntura, presenciamos períodos decisivos de reformas do sistema educacional combinados com processos de reestruturação da própria sociedade, ambos ocorrendo em um ambiente de globalização e de imposição do mercado.

Com efeito, sabemos que as disciplinas têm um percurso: nascimento, institucionalização, evolução e esgotamento; esta história está inscrita na história da universidade e, conseqüentemente, também na da sociedade. Porém, não é o caso da Língua Latina Curricular, uma vez que o declínio dessa disciplina é identificado a partir do século XX e vem se intensificando nos últimos anos como resultado de um processo de políticas educacionais e curriculares.

Uma compreensão crítica do caminho percorrido pela legislação a qual prevê os fundamentos, estruturas e normatização do sistema educacional brasileiro e, em especial da disciplina Língua Latina é imprescindível para o desvendamento desta problemática que amiúde é objeto de polêmica e provoca tantos debates nos cursos de Letras.

Assim sendo, um estudo crítico-reflexivo das decisões políticas no campo da educação pode ser capaz de constituir como representação da realidade os vestígios de uma prática - em nível federal e estadual - das transformações ocorridas na referida disciplina, ao longo dos anos, e os impactos do atual predomínio da ideologia e da prática do neoliberalismo no ensino superior, uma vez

que estes documentos se constituem textos oficiais idealizados como pilares para dar sustentação legal às políticas públicas de educação.

Finalizando essa seção, destacamos que um exame para compreensão da realidade atual do componente curricular de Língua Latina nos Cursos de Letras do país perpassa obrigatoriamente; pelo campo político, na necessidade de uma análise desde a introdução do Latim na educação formal brasileira no século XVI, sua retirada estratégica do ensino básico na década de 1960 e posterior retirada e/ou perda progressiva de espaço nos Cursos de Letras das IES no século XXI e; pelo campo pedagógico, nos valores atribuídos à Língua Latina enquanto instituição social e aos seus docentes como professores profissionais, constituídos da identidade profissional do professor de Latim do século XXI, nos distintos momentos da trajetória da educação nacional.

### Considerações finais

Compreendendo a educação como um campo de estudo transdisciplinar, procuramos alicerçar este artigo numa perspectiva crítico-reflexiva, o que sinaliza como objetivo uma investigação que estabelece vínculos com os contextos econômico-políticos, cultural-educacionais e histórico-sociais, nas quais as ideias linguísticas e pedagógicas, como também, as reformas educacionais e curriculares aqui analisadas estão inseridas.

A história da educação no Brasil, conseqüentemente também em Alagoas, caracteriza-se por estar a serviço de uma classe dominante e dirigente, suas práticas estão afinadas em função de interesses dessa classe que detém o poder, preparando força de trabalho para atender às exigências do modelo de sociedade capitalista (hoje dita sociedade do conhecimento) afinadas com o ideário neoliberal, direcionadas à economia e à educação para a América Latina, e traduzidas através de exigências de órgãos internacionais. Assim, as políticas e as ações definidas para a educação foram sempre implantadas e conduzidas por motivos de ordem econômica, política e ideológica.

Nesse sentido, buscamos uma possível vinculação entre esses determinantes que possibilitaram a implantação do componente curricular de Língua Latina na educação formal do Brasil no século XVI até seu momento atual de desprestígio no

século XXI, caracterizado por notável declínio da oferta do ensino do Latim no contexto recente da educação superior nacional.

As reformas educativa e curricular afinadas pelas novas políticas implantadas no sistema educacional brasileiro, dentro do novo bloco histórico que se foi constituindo no início do século XX e intensificado no século XXI, repercutiram maleficamente tanto à disciplina de Língua Latina quanto a sua atividade docente em termos de maior ou menor controle sobre as práticas pedagógicas desse componente curricular.

Na verdade, no Brasil, o ensino das línguas clássicas perdeu espaço em relação às línguas modernas, inicialmente para o francês e espanhol e atualmente para o inglês.

Podemos dizer que os fatores determinantes para esse momento de desprestígio da língua latina curricular e sua atividade docente no curso de Letras estão ligados às políticas públicas educativas e curriculares que norteiam o ensino e a formação do professor de Latim.

E ainda, além das dificuldades no plano pedagógico, essa desvalorização é reforçada a partir da percepção equivocada de que esses saberes disciplinares transmitidos pela IES no Curso de Letras não parecem mais corresponder, senão de forma muito inadequada, aos saberes socialmente úteis no mercado de trabalho do mundo do capital contemporâneo.

Por fim, ressaltamos que foi pela convergência de fatores de ordem linguística (propagação da compreensão do Latim como uma língua morta) e de ordem político-pedagógico (decisões político-educacionais oficiais) que condicionaram e/ou influenciaram no declínio da disciplina de Língua Latina e sua atividade docente nos Cursos de Letras na Educação Brasileira.

## Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina: curso único e completo*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Org.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo:

Edusp, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Diretrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa*, 1985, 31 p.

BUSARELLO, Raulino. *Máximas latinas para seu dia-a-dia*. 2. ed. Florianópolis: Ed. Do Autor, 1998.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIÓGENES, Elione M. N. & PRADO, Edna (Org.). *Avaliação de políticas públicas: interface entre educação e gestão escolar*. Maceió: Edufal, 2011.

FOGAÇA, Francisco Carlos & GIMENEZ, Telma Nunes. *O ensino de línguas estrangeiras e a sociedade*. São Paulo: Xamã 2007.

FURLAN, Oswaldo Antônio. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

GARCIA, Janete Mellaso. *Introdução à teoria e prática do latim*. 2. ed. Brasília: EDUNB, 2000.

LEFFA, Vilson J. *O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional*. Contexturas, APLIESSP, n. 4 p. 13-24, 1999.

LIMA, Alceu Dias. *Uma estranha língua: Questões de linguagem e de método*. São Paulo: Edunesp, 1995.

MELO, P. A. G. de. Relevância do estudo do latim e sua Derivação Portuguesa na Formação do estudante dos cursos de Letras Clássicas e Vernáculas. In: SILVA, Eliane Bezerra da; MELLO, Janaina Cardoso de (Org.). *Literatura, História e Linguagens: Diálogos possíveis*. João Pessoa: EDUFPB, 2008. p. 29-37.

\_\_\_\_\_. A dinâmica lexical da linguagem jornalístico-política em textos escritos em língua portuguesa contemporânea na última década do século XX. In.: *Carandá*, Corumbá, MS: UFMA, maio 2011, n. 3, p. 93 – 105.

\_\_\_\_\_. Linguagem e ensino: a língua latina curricular e atividade docente no curso de Letras. In.: *Revista EnsiQlopédia – FACOS/CNEC Osório* v.10, n.1 – OUT/2013, p. 33-47.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Amós Coelho da. & MONTAGNER, Airton Ceolin. *Dicionário latino-português*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. *Línguas estrangeiras: uma visão crítica das abordagens, métodos e técnicas de ensino*. Maceió: Catavento, 1999.

Submetido em 02-08-2013, aprovado em 27-04-2015